

QUAIS CORPOS DESEJA A CRÍTICA LITERÁRIA BRASILEIRA? – ANTONIO CANDIDO, ANÁLISE DE DISCURSO E A PERSONAGEM DO ROMANCE

Jacob dos Santos Bizziak

1

Resumo: Este trabalho articula Análise de Discurso de Pêcheux (1988) e Orlandi (2012) com estudos literários. Neste caso, trata-se de, a partir de análise discursiva sobre o funcionamento enunciativo (Guimarães, 2018) de “A personagem do romance”, de Antonio Candido (2002), destacar e compreender sequências discursivas sobre como “corpo” e “personagem” comparecem nas reflexões de um ensaio que possui circulação extremamente considerável nos espaços acadêmico-universitários brasileiros e cujos funcionamentos materiais constituem acontecimento na história das ideias dos estudos literários brasileiros. Nesse sentido, pensar quais efeitos funcionam sobre “corpo” e “personagem” no ensaio de Candido é nosso objetivo principal – tomando a corporeidade como uma performatividade (Butler, 2003) que, na luta de classes, não pode ser separada da interpelação (Althusser, 1978, 1996).

Palavras-chave: Antonio Candido. Corpo. Personagem. Análise de discurso materialista. Sujeito.

WHICH BODIES DO BRAZILIAN LITERARY CRITICIANS DESIRES? – ANTONIO CANDIDO, DISCOURSE ANALYSIS AND THE CHARACTER OF THE NOVEL

Abstract: This work articulates discourse analysis by Pêcheux (1988) and Orlandi (2012) with literary studies. In this case, it involves, based on a discursive analysis of the enunciative functioning (Guimarães, 2018) of “The Character in the Novel,” by Antonio Candido (2002), highlighting and understanding discursive sequences about how “body” and “character” appear in the reflections of an essay that has an extremely considerable circulation in Brazilian academic-university spaces and whose material functions constitute an event in the history of ideas in Brazilian literary studies. In this sense, considering what effects operate on “body” and “character” in Candido's essay is our main objective – taking corporeality as a performativity (Butler, 2003) that, in the class struggle, cannot be separated from interpellation (Althusser, 1978, 1996).

Keywords: Antonio Candido. Body. Character. Materialist discourse analysis. Subject.

Um corpo humano!

1 Doutorado em Estudos Literários (UNESP – Araraquara), docente no curso de Letras do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus de Sertãozinho. E-mail: jacob.bizziak@ifsp.edu.br

Às vezes, eu olhando o próprio corpo
Estremecia de terror ao vê-lo
Assim na realidade, tão carnal.
Encarnação do mistério, tão próximo
Misteriosidade e transcendente
Apontar-se-(me) em mim do negro e fundo
Mistério do universo.

(Fernando Pessoa)²

Introdução – Quais corpos?

Este trabalho alinha-se a outros (BIZIAK, 2021, 2022), articulando análise de discurso de Pêcheux (1988) e Orlandi (2012) com estudos literários, especialmente a historicidade das ideias sobre literatura em espaços acadêmicos brasileiros. Um dos grandes propósitos é construir um entremeio entre análise literária e de discurso materialista, de maneira a proporcionar atualizações em ambos os campos de produção de leituras e saberes. No caso deste trabalho, trata-se de, a partir de análise discursiva sobre o funcionamento enunciativo (Guimarães, 2018) de “A personagem do romance”, de Antonio Candido (2002), destacar e compreender sequências discursivas sobre como “corpo” e “personagem” comparecem nas reflexões de um ensaio que possui circulação extremamente considerável nos espaços acadêmico-universitários brasileiros e que produz leituras posteriores sobre a instância de personagens na ficção romanesca. Nisso, deve-se incluir a consideração de que, tomando-se a obra de Antonio Candido como um todo, há enunciações e enunciados que movimentam sentidos a respeito da (im)possibilidade de se articular sociedade e literatura, mas de forma a não objetivar a temática das obras, mas sua “forma”. A hipótese é pensar quais funcionamentos materiais são praticados sobre corpos (d)e personagens em um ensaio que

constitui acontecimento na história das ideias dos estudos literários brasileiros³. Nesse sentido, pensar quais efeitos funcionam sobre “corpo” e “personagem” no ensaio de Candido é nosso objetivo principal – tomando a corporeidade como uma performatividade (Butler, 2003) que, na luta de classes, não pode ser separada da interpelação (Althusser, 1978, 1996).⁴

Pode-se dizer que uma das recepções mais declaradas e aceitas, nos cursos e nas práticas de estudos literários brasileiros, da obra de Antonio Candido é sua proposta específica sobre associações entre crítica literária e sociologia. No entanto, vale lembrar que não é possível tomar estas duas práticas institucionais (acadêmicas) de/sobre o saber como homogêneas, estáveis e/ou unitárias. Por isso, no trabalho de leitura dos textos de Candido, urge levar em conta quais concepções epistemológicas sobre literatura e sociedade/sociologia estão sendo mobilizadas e colocadas em funcionamento pela enunciação⁵

3 Para sustentar a proposta de tomar este ensaio como acontecimento (PÊCHEUX, 2006) pela articulação específica mencionada e defendida sobre Antonio Candido entre forma literária e sociedade (ainda que em uma perspectiva idealista-humanista, conforme veremos): tendo em vista as condições de produção do artigo (1963, em espaço acadêmico brasileiro), ele oferecia alternativa que desestabilizava regularizações ora baseadas na exclusividade da abordagem formal, ora na exclusividade da abordagem psicológica ou sociológica. Logo, o ensaio colaborou para que uma nova série de regularidades se tornasse possível na memória sobre/de estudos literários no Brasil. Isso se confirma, também, pela presença repetida tanto em ementas de disciplinas universitárias quanto em lista de leituras obrigatórias de programas de pós-graduação do país.

4 Sobre a articulação teórico-epistemológica entre Butler, Althusser e Pêcheux, ler BIZIAK, Jacob dos Santos; FONTANA, M. G. Z. Alice Yura, TRANSforma: gênero, abjeção, performatividade e performance. Diálogos Pertinentes: Revista Científica de Letras, v. 17, p. 134-159, 2021.

5 Baseando-me em Eduardo Guimarães (2018), compreendo **enunciação** não como a fala de uma pessoa ou indivíduo, mas como acontecimento produzido pelo funcionamento da língua nos **espaços de enunciação**. Estes, por sua vez, são onde os sujeitos falantes da língua são agenciados, politicamente também – eles dizem a partir de uma divisão de lugares de enunciação nas cenas

2 Fausto - Tragédia Subjectiva. (Texto estabelecido por Teresa Sobral Cunha. Prefácio de Eduardo Lourenço.) Lisboa: Presença, 1988.

dos ensaios e artigos críticos. No nosso caso, importa estabelecer isso não de antemão à leitura, mas por meio da tomada desta pelo método discursivo supracitado. Sendo assim, é tomando a leitura como trabalho na divisão social de sentidos⁶, que busco analisar não quais concepções são mobilizadas, mas como produzem determinados efeitos de sentidos e não outros. Especificamente neste capítulo, proponho-me compreender como efeitos sobre “corpos” são construídos na enunciação de “A personagem do romance” (Candido, 2002).

enunciativas. A significação, então, não é anterior, mas se produz na enunciação; ou seja, é realizada por um sujeito, posicionado socialmente, com um material específico de linguagem, cujas sequências podem ser reconhecidas/reconhecíveis por outro falante.

- 6 O espaço, como dissemos acima, é concebido como o enquadramento de todos os fenômenos. Nele inscreve-se a relação entre o público e o privado, cuja base mais visível está nessa relação casa/rua. Esta relação faz parte de um sistema, o capitalista, regido pelo jurídico e administrado por um Estado que, como dissemos, organiza os processos de individualização dos sujeitos, simbolizando as relações de poder segundo um sistema de diferenças às quais são atribuídos sentidos diferentes, que são declinados segundo valores: o melhor, o pior, o rico, o pobre, o superior, o inferior, o que tem a existência garantida e o que não deve existir etc. Essas divisões, porque são regidas pelo político, têm uma direção, são hierarquizadas. A sociedade capitalista em seu funcionamento contemporâneo é uma sociedade que vai além da exclusão, ela funciona pela segregação (coloca para fora da sociedade, e, quem está fora, não existe, não é levado em conta). Estes seus valores, por sua vez, são praticados pela sociedade que, enquanto sociedade de um sistema capitalista, é estruturalmente dividida e administrada pelo Estado que se sustenta no aparato e ideologia jurídicos. Assim, tanto as posições sujeito como os sentidos que eles produzem são função dessa divisão. A mesma palavra não significa a mesma coisa para o patrão e para o empregado, para o índio e para o ocidental, para o homem, para a mulher e assim por diante. A linguagem não é, pois, transparente, assim como a história também não o é. Tampouco o sujeito. No entanto, vivemos na ilusão da evidência. Quando produzimos um sentido ele nos parece evidente. Mas não é. Tanto não é que pode significar diferentemente para diferentes posições sujeitos. É deste equívoco que se alimentam as relações sociais. Acreditamos estar produzindo os mesmos sentidos quando dizemos as mesmas palavras (ORLANDI, 2011, p. 696-697)

De saída, então, é fundamental definir como tomo “corpo” neste percurso que ora se inicia. Para isso, compreendo ser necessário um cuidado com algumas pontes teóricas. Sendo assim, vamos a elas. Jacques Lacan (1979, 1985a), em seus dois primeiros seminários, debruça-se especialmente sobre o conceito de imaginário. Isso desenvolve-se na direção de (re)pensar o lugar do “eu” nas práticas psicanalíticas: este não pode ser sustentado como unidade, a não ser como uma imagem precária que precisa ser reiterada e reconhecida por uma instância que garantiria a legitimidade dos sentidos e do desejo para o sujeito que fala, o Outro. No entanto, esta mesma instância, tomada como “garantia dos sentidos” para o/pelo sujeito, o ultrapassa e atravessa, em um movimento dialético sem síntese. Ou seja, o “eu” funciona enquanto uma imagem que não pertence ao sujeito que fala, mas em direção a um O/outro que o convoca a ser e a integrar uma estrutura simbólica na qual os valores funcionam e são produzidos, ainda que o sujeito os tome como “desde sempre lá”. Assim, o sujeito emerge na/pela fala como uma imagem de “eu” necessariamente corporificada e demandada por uma exigência de unidade que não lhe pertence e que está em outro lugar: isso fala lá desde sempre. Em outras palavras, ainda que a percepção do corpo seja fragmentada, despedaçada, há um o/Outro que convoca a ser sujeito imaginariamente inteiro, dotado de um corpo necessariamente erógeno e gendrado.

Estas reflexões iniciais de Lacan, em seu terceiro seminário (1985b), desenvolver-se-ão na relação com o conceito de simbólico. Ingressar no campo das linguagens não é um ato volitivo, mas uma exigência para que haja sujeito na demanda de desejo de um outro (este, por seu turno, prótese do Outro, onipotente garantidor dos sentidos, que comparece em diversas imagens institucionais, como mãe, patrão, professor, líder religioso etc). Se há sujeito, é por uma exigência de uma instância paradoxalmente para além dele e nele, via

assujeitamento. Ao mesmo tempo, isso significa comparecer em/por uma forma material – uma linguagem – que não lhe pertence e cujas supostas regras precisam ser aprendidas. Na (re)produção do sujeito, portanto, há o paradoxo de, por um lado, este ser constitutivamente dividido entre o trabalho de se apresentar como uma unidade que responde às convocações de um outro para “ser” e, por outro lado, sustentar uma imagem de unidade para que o corpo não se despedace diante das demandas de existência que não são dele: existe-se, mas em condições que escapam e que não são conhecidas em sua totalidade. Em outras palavras, sustentar um corpo não é uma intencionalidade, mas um trabalho de responder a exigências de unidade e estabilidade que são impossíveis. Nessa direção, um narrador descrever corpos de personagens é processo não de **apresentar** realidades estáveis e externas à língua, mas de **sustentar** uma demanda por certas formas de realidade que funcionem nos enunciados formulados e colocados em circulação, e não fora deles. Paradoxalmente, o êxito e a falha de seus funcionamentos acontecem como se pudessem ser referidos a algo que lhes está fora e atua sempre de outro lugar, garantindo a referência e a validade.

As propostas de Jacques Lacan estão alinhadas ao que, a meu ver, constitui a maior radicalidade da psicanálise, o inconsciente, o qual não se confunde com o desconhecido, mas como algo (“isso” que existe em outro lugar e, daí, pensa) esquecido por meio do trabalho repressivo simbólico. As posições simbólicas, nas mais diversas instituições, atuam de maneira tal que, para o sujeito emergir, ele precisa acreditar estar identificado a elas (“ser estas posições”): no entanto, isso se dá nas condições demandadas por um aparato simbólico tomado, imaginariamente, como rígido, unitário e estável, garantindo, inclusive, imagens de corpos que devem ser associadas a determinadas posições simbólicas.

O grande salto de Louis Althusser (1996) está em construir uma analogia entre este funcionamento do inconsciente (como se fosse linguagem) e o da ideologia: ambos teriam em comum o trabalho de fazerem os sujeitos existirem como se o fizessem por si próprios.

não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os ‘homens’ ‘se representam’ na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica, e portanto imaginária do mundo real (ALTHUSSER, 1996, p. 154).

Assim, Althusser constrói uma leitura sobre o vir a ser dos sujeitos sem desconsiderar as proposições lacanianas, mas, por outro lado, as considerando como não podendo ser relacionadas a um vir a ser universal dos sujeitos, e sim como trabalho que acontece em condições de produção específicas existentes no aparelho de Estado. Sendo assim, proposições lacanianas sobre sujeito são lidas em relação a bases fundamentais do materialismo histórico marxista, como é o caso da ideologia. O sujeito comparece como demanda alheia a ele – ainda que se tome como imagem de um “eu” – mas em instituições que não existem em outras condições que não sejam as do Estado de Direito Capitalista, e cuja função é a reprodução das relações de produção. Entra em cena a interpelação, pela qual o sujeito é convocado a identificar-se à forma-sujeito capitalista de direitos em suas mais diferentes manifestações:

Sugerimos então que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através desta operação muito precisa que chamamos interpelação, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “ei, você aí!” (ALTHUSSER, 1996, p. 96, grifos do autor).

Pode-se compreender a interpelação não como experiência dramática ou cênica de ser chamado por um outro, mas como convocação à identificação (em um processo de subjetivação) sem a qual não há sujeito e que se realiza na luta de classes (re)produzida nos diferentes aparelhos ideológicos, de maneira que estes não existem enquanto neutros, mas como sustentando e antecipando posições possíveis (imaginárias e simbólicas) para que haja (im)possibilidades de/para sujeitos emergirem (a sua materialidade). Soma-se a isso uma outra questão que não pode ser desconsiderada: não há interpelação que não seja processo gendrado e que produza efeitos materiais de corpos. Isso se dá porque os aparelhos ideológicos funcionam a partir de e mantendo posições e funções simbólicas que, pelas relações entre si, produzem, entre outros, efeitos de gêneros, sexualidades e, logo, corpos (desejáveis, abjetos etc). Sendo assim, sustentar um sujeito que fala é considerar que há efeitos de sentidos de/sobre corpos que funcionam pela prática de enunciação e na formulação de enunciados, ainda que não explícita e intencionalmente (na verdade, em nenhum momento se trata disso):

Compreendemos o gênero como uma construção discursiva, efeito de um processo de interpelação complexo e contraditório. Assim, pensamos as identificações de gênero articuladas com outras identificações nos processos de subjetivação, quando vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados entram em cena. Pensamos aqui na emergência de discursos nos quais os indivíduos são tomados como alvo de um processo de subjetivação gerando, ao mesmo tempo, um saber e um modo de falar sobre si. Neste sentido, abordamos o debate atual sobre a construção e legitimação social e histórica de “lugares de fala” como uma questão teórica que incide no funcionamento dos processos de constituição do sujeito do discurso. (...) **defendemos a necessidade de se pensar no funcionamento da interpelação ideológica como um processo sempre-já-gendrado, ou seja, que sofre a sobredeterminação de identificações simbólicas de gênero e sexualidade.** Em termos discursivos, esta compreensão nos leva a discutir teoricamente a complexidade dos processos de identificação que configuram as posições-sujeito no discurso, na sua relação constitutiva com as condições de produção, a memória discursiva, a enunciação e o corpo.

Para a análise de discurso a qual nos filiamos é a figura da interpelação ideológica que nos permite entender os processos de identificação que constituem o sujeito do discurso, a partir de sua inscrição no simbólico e na

história. Processos de identificação que se caracterizam como um movimento contraditório de reconhecimento/desconhecimento do sujeito em relação às determinações do inconsciente e da ideologia que o constituem, materializadas nos processos discursivos (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 64, destaque nosso).

A partir disso, entendo como possível a articulação com Judith Butler (2003), quando esta menciona gênero, sexualidade e corpo como efeitos de uma performatividade. Isso implica que não se trata de realidades pré-existentes ao sujeito, mas que acontecem concomitantemente a este, por meio do imaginário de se estar repetindo modelos e/ou ideais “estáveis”: só há identificação porque algo é tomado como referência que já está valorada e significada em outro lugar, o qual interpela o sujeito em um processo que lhe possibilita identificações via despossessão de si, já que o sujeito não se pertence, mas a um outro perdido, a uma outra cena esquecida (BUTLER, 2015). Logo, a performatividade de corpos acontece inevitável e concomitantemente à emergência de (im) possibilidades de sujeito: dizer que um sujeito vir a ser é possível é sustentar que um efeito de sentido para corpo trabalha mediante condições de produção que, por sua vez, (re)produzem a luta de classes⁷. Por fim, declarar que corpos possuem materialidade não se relaciona com o que pode ser visto concretamente (anatomicamente), mas com o fato de que o olhar não se dá por um reconhecimento neutro de formas, mas que isso (haver e buscar reconhecimento), por si só, já é um trabalho que se dá em condições de (re) produção que não são neutras, mas respondendo a demandas de identificação do Aparelho de Estado tomadas como óbvias mediante a ação da ideologia e do inconsciente.

7 A luta de classes é fato não considerado por Butler em sua leitura de Althusser (BUTLER, 2015). No entanto, compreendo que isso compromete severamente a base epistemológica do materialismo histórico marxista com que o filósofo dialoga. Sobre isso, novamente menciono o trabalho de Jacob dos Santos Biziak e Mônica Zoppi-Fontana como mais detalhado a respeito de tal problemática (2021).

Nesse sentido, na constituição de memórias e de memoráveis (pré-construídos e quebras de regularizações), uma enunciação reconhecida como acadêmica funciona movimentando imagens de sujeitos e corpos que, muitas vezes, trabalham produzindo diferenças e divisões sociais, por exemplo, em relação à enunciação, as quais, comumente, não são reconhecidas (lidas) como acadêmicas, mas como periféricas. Sendo assim, minha pergunta de análise é: em que medida o capítulo de Antonio Candido (2002) sobre personagens do romance faz funcionar sentidos para corpos destas? Além disso, não seria a própria enunciação do artigo tornada possível a partir de uma corporeidade que lhe é tomada como “inerente”? Se esta for deslocada e colocada em outra rede de memória, como os efeitos de sentidos se movimentam histórica e socialmente na compreensão dos corpos em/de personagens romanescos? É por conta destas questões formuladas que a teoria e o método da análise de discurso indicados compõem neste meu escrito: assim, intenciono analisar e compreender construções de famílias parafrásticas na/pela enunciação do texto de Candido (2002), objetivando respostas (ou outras perguntas melhores).

Desejos da/na crítica literária brasileira

Leda Tenório da Motta (2002) lembra-nos que Antonio Candido tem parte considerável do início de suas atividades como crítico literário (década de 40) ligado à revista *Clima*. Esta, por diferença em relação à *Noigrandes*, publica textualidades que privilegiam abordagens sociais diversas sobre artes, estética etc. Ainda assim, conforme, por seu turno, entende Roberto Schwarz (1987), é na década de 70 que Candido, de fato, com a publicação de textos como “Dialética da malandragem” (1993), empreende trabalhos de leitura de literatura não só articulando esta como sistema e forma com estudos sociológicos, mas

também alinhará estes com certa compreensão tida como marxista. No entanto, segundo Luiz Costa Lima também aponta (1992), a obra de Candido – por exemplo, a partir de *Formação da literatura brasileira* – alinha-se a concepções epistemológicas da antropologia. Tendo em vista que este processo de construção da obra de Candido é, em sua maioria, anterior ao maio de 1968 e as rupturas epistemológicas deste, notadamente em relação às compreensões hegelianas da obra de Marx (ALTHUSSER, 2015), acredito ser oportuno analisar em que medida e sob quais bases a relação entre literatura e sociedade é elaborada no que diz respeito a uma proposta de metodologia e tipologia de estudo das personagens do romance. A partir desta questão norteadora, lanço sequências enunciativas escolhidas tendo em vista o método de eleger enunciados decisivos a partir de minha pergunta de pesquisa, procedendo a uma descrição e análise do funcionamento por meio de categorias enunciativas e discursivas (GUIMARÃES, 2018, p. 76).

Sendo assim, vejamos segmento do primeiro parágrafo do ensaio “A personagem do romance”, de Antonio Candido:

É uma **impressão praticamente indissolúvel**: quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas, pensamos simultaneamente **na vida que vivem**, nos problemas em que se enredam, **na linha do seu destino** — traçada conforme uma certa duração temporal, referida a **determinadas condições de ambiente**. O enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, **os intuítos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam** (2002, p.53, destaques nossos).

Nesta sequência enunciativa, o termo em sublinhado (“personagens”) aponta, pela articulação construída com os demais, qual é a preocupação do ensaio que se inicia. A partir disso, em negrito, desdobram-se enunciados que se referem ao anterior, “personagens”: “impressão (...) indissolúvel”, “vida que vivem”, “linha

de seu destino”. Estas associações permitem sustentar uma visada sobre a personagem não só como fundamental ao enredo, mas como aproximada a efeitos de sentidos sobre indivíduos dotados de vida e destino, humanizados. Em seguida, personagem e enredo são tomados como fundamentais para “expressar” “valores”, “visão da vida” em “determinadas condições de ambiente”. Tais articulações enunciativas⁸, e na ordem em que são feitas, permitem compreender uma aproximação defendida e argumentada pela enunciação do ensaio, logo de início, entre personagem e indivíduos, a ponto de mencionar uma indissociabilidade entre eles, logo entre o interior e o exterior ao romance. Ou seja, os enunciados estão formulados segundo uma integração construída que posiciona uma relação sobre romance e vida: um “exprime” o outro. Assim, compreendo que a enunciação ocorre em um espaço enunciativo (ou seja, posicionada de maneira específica) sobre, parafrasticamente, literatura e sociedade. No entanto, esta comparece, enquanto efeito, associada a enunciados como “destino”. Cabe, portanto, continuarmos apontando segmentos para compreender como isso continua a ser sustentado.

Por exemplo, a seguir, destaco dois outros

8 São as articulações/integrações entre enunciados e partes integrantes destes que permitem o funcionamento dos efeitos de sentidos por meio do processamento de enunciações (GUIMARÃES, 2018, p. 113). Portanto, os sentidos não existem nem soltos e nem anteriormente/independentemente ao texto, mas somente nas articulações dos enunciados (como o ensaio de Candido sugere, ao enunciar uma associação entre personagem e um suposto mundo externo à obra, marcando uma divisão binária interno/externo que, paradoxalmente, comparece como batente misturada). Nessa perspectiva, a compreensão não se pode dar por palavras, mas na materialidade em que estas comparecem integradas a outras, constituindo enunciados; ou seja, agenciadas por uma enunciação posicionada na divisão social do real. No caso deste nosso trabalho, pensamos esta divisão social do real que não pode ser dissociado da luta de classes nas relações de (re) produção entre superestrutura (na qual, se inclui o aparelho de estado universitário e escolar, por exemplo) e a infraestrutura.

segmentos enunciativos que comparecem logo depois do anterior:

Portanto, os três elementos centrais dum desenvolvimento novelístico (o enredo e a personagem, que representam a sua matéria; as “ideias”, **que representam o seu significado**, — e que são no conjunto elaborados pela técnica), estes três elementos só existem intimamente ligados, inseparáveis, nos romances bens realizados (2002, p.54, destaques nossos).

Quando abordamos **o conhecimento direto das pessoas**, um dos dados fundamentais do problema é o contraste entre **a continuidade relativa da percepção física** (em que fundamos o nosso conhecimento) e **a descontinuidade da percepção**, digamos, espiritual, que parece frequentemente romper a unidade antes apreendida. No ser uno que a vista ou o contato nos apresenta, **a convivência espiritual** mostra uma variedade de modos-de-ser, de **qualidades por vezes contraditórias** (2002, p.55, destaques nossos).

Nestes, a associação entre personagem de romance e “pessoas” é repetida e, portanto, confirmada. Mais que isso, “personagem” e “pessoas” são tomadas como equivalentes em uma perspectiva marcada pela “percepção” e “convivência espiritual” e na qual “ideias (...) representam (...) significado”. Logo, “representação” é tomada em uma relação direta, podemos dizer até “transparente”, entre “vida” e “obra”, “personagem” e “espírito”, “corpo” e “percepção física”. Por meio dessas associações elaboradas pela enunciação, a concepção de sujeito confunde-se com a de pessoa, indivíduo e até espírito (bem ao gosto humanista-hegeliano).

Temos dois processos acontecendo: articulação (integração) e reescrituração (GUIMARÃES, 2018, p. 94). Os enunciados, posicionados socialmente por meio da atividade da enunciação (locutor-x, segundo a proposta de Eduardo Guimarães, na obra aqui referenciada), colocam palavras no lugar de outras palavras como se elas pudessem ser articuladas “naturalmente” entre si e, também, substituídas entre si, como se pudessem dizer uma mesma realidade à espera de “representação”, no caso, verbal. Por meio desta análise, balizo-me a afirmar que, em “A personagem do romance” (2002), “personagem” é tomada como “representação” de/para “pessoa”. Esta, por sua vez, é tomada como “percepção

física” e “convivência espiritual”; logo, corpo e espírito comparecem associados e diferenciados pela enunciação.

A primeira ideia que nos vem, quando refletimos sobre isso, é a de que tal fato ocorre porque não somos capazes de abranger a personalidade do outro com a mesma unidade com que somos capazes de abranger a sua configuração externa. E concluímos, talvez, que esta diferença é devida a uma diferença de natureza dos próprios objetos da nossa percepção. De fato, — pensamos — **o primeiro tipo de conhecimento se dirige a um domínio finito, que coincide com a superfície do corpo; enquanto o segundo tipo se dirige a um domínio infinito, pois a sua natureza é oculta à exploração de qualquer sentido e não pode, em consequência, ser aprendida numa integridade que essencialmente não possui.** Daí concluímos que a noção **a respeito de um ser, elaborada por outro ser, é sempre incompleta, em relação à percepção física inicial. E que o conhecimento dos seres é fragmentário** (2002, p.55, destaques nossos).

Aqui, “o conhecimento dos seres é fragmentado”. Isso é defendido opondo-se “corpo” (reescriturado enquanto “percepção física” e “superfície”, “domínio finito”) e “personalidade” (enunciado reescriturado por outros: “domínio infinito”, “oculta”). Além disso, a partir da oposição levantada, anteriormente, entre “corpo” e “espírito”, compreendo que, aqui, este comparece como reescriturado por “personalidade”, de forma que esta, seria, além de tudo, marcada pelo enunciado “oculta”. Assim, sustenta-se e confirma-se o binarismo fundador para a concepção de personagem no ensaio: corpo (superfície)/espírito (agora, também, personalidade); de forma que aquele pode ser “domínio finito”, este, “infinito”. Mais que isso, é a “natureza” da “personalidade” que fundamenta a enunciação para defender que “o conhecimento dos seres é fragmentário”. Percebe-se, então, que “seres” (“representados” por “personagens” no romance) são fragmentários não por causa do corpo (o qual se confunde com uma superfície corporal), mas da personalidade e do espírito, os quais não podem ser conhecidos por inteiro, já que não há acesso direto a eles como, segundo as articulações da enunciação, há ao corpo/superfície. Novamente,

acredito confirmar-se uma base epistemológica humanista, até metafísica, sustentando a argumentação empreendida pela enunciação do ensaio. Desconsidera-se o funcionamento, até agora, das formações sociais e de outros elementos caros ao marxismo (ao qual Candido já foi associado, como lembrei anteriormente neste trabalho), como ideologia. Entendo que, sim, há um processo argumentativo da enunciação que está construindo uma associação entre forma romanesca e o “mundo exterior” como método nos/dos estudos literários brasileiros. No entanto, “mundo exterior” é reescriturado, até agora, a partir de fundamentos humanistas e não materialistas. Isso estende-se à compreensão de/para “corpo”.

A força das grandes personagens vem do fato de que o sentimento que temos da sua complexidade é máximo; mas isso, devido à unidade, **à simplificação estrutural que o romancista lhe deu.** Graças aos recursos de caracterização (isto é, os elementos que o romancista utiliza para descrever e definir a personagem, de maneira a que ela possa dar a **impressão de vida, configurando-se ante o leitor**), **graças a tais recursos, o romancista é capaz de dar a impressão de um ser ilimitado, contraditório, infinito na sua riqueza;** mas nós apreendemos, sobrevoamos essa riqueza, **temos a personagem como um todo coeso ante a nossa imaginação.** Portanto, **a compreensão que nos vem do romance, sendo estabelecida de uma vez por todas, é muito mais precisa do que a que nos vem da existência.** Daí podermos dizer que **a personagem é mais lógica, embora não mais simples, do que o ser vivo** (2002, p.59, destaques nossos).

Nas sequências enunciativas destacadas na citação acima, personagem e “ser vivo” (reescritura de/para “existência”) são articulados de forma, agora, a se defender diferenciação entre ambos. “Personagem”, “configurando-se ante ao leitor”, compareceria como mais “ilimitado”, “infinito”, “coeso” e “precisa” do que a “impressão” “que nos vem da existência”. Por deslocamento metonímico proporcionado pelas articulações dos/entre os enunciados, do “ser” (“fragmentário” em sua “natureza” de “personalidade”) passa-se à “existência”, de forma que esta é sustentada enquanto

comparecendo por “impressão” menos “precisa” do que a que se manifestaria “diante do leitor”. A argumentação torna-se frágil à medida em que não desenvolve como se daria o processo de algo vir a se “configurar” (enunciado e verbo derivado de “figura(r)”, metaforizando efeitos como “imagem”/“impressão” enquanto “superfície”, já que os enunciados anteriores permitem tal associação). Por conta disso, cria-se um efeito de relação como que transparente, mesmo direta, do leitor com a personagem, desconsiderando o trabalho social e material da leitura. Resultaria desta ausência de sustentação a conclusão de que a personagem seria mais “lógica” que o “ser vivo”? Compreendo que sim. Além disso, a articulação entre “corpo” e “personagem” persevera sendo reescriturada como limitada à superfície (efeito corroborado pela associação com verbos como “configurar”) enquanto “caracterização”. Logo, entendo que “ver” e “ler” são tomados enquanto atividade direta de contato com uma realidade tomada como estável, a personagem. Nesse sentido, impossibilitam-se questionamentos sobre corpo e gênero, por exemplo, que não estejam relacionados ao anatômico, ao que pode ser visto em sua inteireza imaginária, a qual é demandada por uma instância que escapa não só ao autor, mas ao leitor e à própria imagem em sua captura simbólica (LAGAZZI, 2021). Até o momento, então, o ensaio de Candido não permite uma abordagem do corpo de personagens enquanto materialidades que escapam ao olhar, já que não é óbvia ou evidente. No trabalho de leitura de um corpo no romance, por exemplo, segundo nossa defesa inicial, comparecem questões inclusive sobre a quem pertenceria tal corporeidade: ao leitor, ao autor, à personagem ou a um movimento entre estes, intervalar, que aponta para um outro lugar onde tudo começa, mas sem origens determináveis.

A enunciação acontece, por um lado, defendendo que nem só o formal e nem somente o externo (social, antropológico) são suficientes

ao estudo da personagem, mas uma articulação entre ambos. Há tal desestabilização em relação à memória sobre estudos literários na academia brasileira (até então, com ênfases excludentes e não conciliatórias entre forma e sociedade). Porém, por limitar corpo à superfície, por exemplo, há dificuldade em avançar em questões como a problematização do trabalho de divisão de sentidos no social e, assim, de leitura. Segundo a enunciação (funcionando em sucessivas articulações e reescrituras), fica o efeito de que “superfície” (corporal) pode ser “uma unidade”, independentemente da leitura em suas diversas possibilidades e condições de produção. Além disso, repetem-se, sintomaticamente, separações binárias entre interno/externo, corpo/espírito (personalidade), limitado/ilimitado, lógico/ilógico, personagem/vida (existência). Estes pares (tomados como se fossem oposições pela enunciação) permitem compreender que o ensaio sequestra o corpo para a ordem do estabilizado, visível, unitário e, mais que isso, aquilo que pode induzir o leitor a uma interpretação “mais lógica, embora não mais simples, do que o ser vivo” é. Vejamos como isso configura sintoma que sustenta (social, histórica e ideologicamente) a posição enunciativa:

Quando se teve noção mais clara do mistério dos seres, acima referido, renunciou-se ao mesmo tempo, em psicologia literária, a uma geografia precisa dos caracteres; e vários escritores tentaram, justamente, conferir às suas personagens uma natureza aberta, sem limites. Mas volta sempre o conceito enunciado há pouco: essa natureza é uma estrutura limitada, obtida não pela admissão caótica dum sem-número de elementos, mas pela **escolha** de alguns elementos, **organizados** segundo uma **certa lógica de composição**, que cria a **ilusão do ilimitado**. Assim, numa pequena tela, o pintor pode comunicar o sentimento dum espaço sem barreiras (2002, p.64, destaques nossos).

Neste ponto tocamos numa das **funções capitais da ficção**, que é a de nos dar **um conhecimento mais completo, mais coerente do que o conhecimento decepcionante e fragmentário que temos dos seres**. Mais ainda: de **poder comunicar-nos este conhecimento**. De fato, dada a circunstância de ser o criador da realidade que apresenta, o romancista, como o artista em geral, domina-a, delimita-a, mostra-a de modo coerente, e nos comunica esta realidade como **um tipo de conhecimento que, em consequência, é muito mais coeso e completo (portanto mais satisfatório) do que o conhecimento fragmentário ou a falta de**

No segundo trecho, atento à articulação construída entre “um conhecimento mais completo, mais coerente” e “funções capitais da ficção”. De início, o enunciado “ficção” é tomado parafrasticamente para “romance”, o que só pode ser feito a partir de uma desconsideração da historicidade de sentidos para ficção, de forma a não se confundir esta enquanto sinônimo para romance (GALLAGHER, 2009). Em seguida, justamente por efetuar uma separação (possibilitada discursivamente pelo movimento dos sentidos na memória e na história) entre corpo e existência/personalidade, a enunciação argumenta que uma das “funções capitais” do romance/da ficção é “dar” “conhecimento mais completo, (...) coerente” do que o “decepcionamente e fragmentário que temos dos seres”, já que estes possuiriam, por “natureza” (e retroagindo nas articulações enunciativas, algumas delas citadas e analisadas aqui) algo que não se oferece todo, o “espírito”; enquanto o corpo, sim. Logo, há no romance e na personagem um “conhecimento real” que não haveria sem “atormento” “nas relações com as pessoas”. A relação entre corpo e personagem poderia ser caracterizada, então, mais diretamente do que a entre personalidade e personagem, ainda que o romance permita uma “organização” que não haveria na “vida”/“existência”. Além de tudo, a “composição” do romance pode “comunicar” uma “coerência” e uma “completude” que não é possível na vida.

Por meio dessas articulações, é possível compreender a posição enunciativa: politicamente, ela parece tomar uma perspectiva sobre língua (enquanto comunicação e “configuração ante o leitor”), mas também sobre literatura (afinal, os romances, generalizadamente, “comunicam coerências”). Justamente, aqui, ratifico a epistemologia

humanista da argumentação sobre a prática social da literatura e da língua. Ela não dá conta do romance (enquanto unidade de composição), e nem poderia, ainda que o enunciador lance uso de elementos linguísticos (repetições como verbos no presente do indicativo; pessoas do discurso manipuladas para não se associarem à primeira pessoa do singular, mas a algo mais universal, oral sustentado no “ele”, ora no “nós”, ora no sujeito indeterminado) que produzem efeitos de afastamento em relação ao leitor, de abordagem direta de uma realidade; ou seja, escolhas para processar, criar, fazer funcionar uma cena enunciativa acadêmica, de pesquisa universitária do/no Brasil e na língua falada nele.

Estabelecidas as características da personagem fictícia, surge um problema que Forster reconhece e aborda de maneira difusa, sem formulação clara, e é o seguinte: a personagem deve dar a impressão de que vive, de que é como um ser vivo. Para tanto, **deve lembrar um ser vivo**, isto é, **manter certas relações com a realidade do mundo**, participando de um universo de ação e de sensibilidade que se possa equiparar ao que conhecemos na vida. Poderia então a personagem ser transplantada da realidade, para que o autor atingisse este alvo? Por outras palavras, pode-se copiar no romance um ser vivo e, assim, aproveitar integralmente a sua realidade? Não, em sentido absoluto. Primeiro, porque é impossível, como vimos, captar a totalidade do modo de ser duma pessoa, ou sequer conhece-la; segundo, porque neste caso se dispensaria a criação artística; terceiro, porque, mesmo se fosse possível, **uma cópia dessas não permitiria aquele conhecimento específico, diferente e mais completo**, que é a razão de ser, a justificativa e o encanto da ficção (2002, p.64-65, itálico do autor, demais destaques nossos).

Novamente (sintomaticamente), o personagem é tomado como elemento da composição romanesca que deve representar “um ser vivo” em “certas relações com a realidade do mundo”. O uso de “certas” já estabelece uma circunscrição de possibilidades, abrindo-se à polissemia e ao equívoco: corretas; determinadas; somente algumas; específicas. Vou além: sugere-se que somente algumas relações levam ao que o enunciador defende como “aquele conhecimento específico, diferente e mais completo, que

é a razão de ser, a justificativa e o encanto da ficção”. Novamente, a personagem do romance é tomada como mais coerente do que seres vivos: tal coerência e “lógica” são sustentadas, entre outros posicionamentos, pela materialidade com que “corpo” é tomado, “superfície”. No entanto, há um processo histórico e ideológico de um corpo vir a ser tomado como superfície e não como fragmentado, assim como a enunciação defende significar “espírito” e “existência”. Definitivamente, há um pensamento sintomal, indiciário, que segrega corpo e espírito/existência, o que é possibilitado por regularidades que não são “da realidade”, mas de formações discursivas⁹ que (im)possibilitam o dizer da enunciação.

No fragmento a seguir, os enunciados destacados em negrito reescreveram as articulações analisadas por mim no parágrafo anterior:

Por isso, **quando toma um modelo na realidade, o autor sempre acrescenta a ele, no plano psicológico, a sua incógnita pessoal, graças à qual procura revelar a incógnita da pessoa copiada.** Noutras palavras, o autor é obrigado a construir uma explicação que não corresponde ao mistério da pessoa viva, mas que é **uma interpretação deste mistério;** interpretação que elabora com a **sua capacidade de clarividência e com a onisciência do criador, soberanamente exercida** (2002, p. 65, *italico do autor, demais destaques nossos*).

Acrescenta-se à análise deste trecho que os últimos enunciados destacados por negrito e sublinhado parafraseiam “autor”, localizando socialmente como a enunciação se posiciona em relação a este conceito. Atente-se ainda a como ela acontece tomando “autor” como evidência de “sua capacidade de clarividência” e “onisciência do criador, soberanamente exercida”. Logo, não se toma autoria como função enunciativa que trabalha produzindo efeitos de unidade

(na textualidade) a partir da heterogeneidade (discursiva) (ORLANDI, 2012, p. 82). Mais uma vez, o caráter material é ignorado a partir do reconhecimento de uma perspectiva humanista, inclusive associando “autor” e “ser vivo”. Inclusive, é tomando autoria como trabalho e processo que não podemos a compreender destacada das relações de produção reproduzidas nas formações sociais em condições específicas.

O ensaio constitui prática de autoria enquanto função que produz efeito de unidade que permita ao texto um reconhecimento enquanto acadêmico, científico. Isso inclui uma identificação ao que aparelhos do Estado (como a universidade, agências de fomento etc) interpelam como “científico”. Assim, o trabalho de autoria do ensaio elabora e repete uma concepção de corpo enquanto superfície, mas não sob qualquer relação com o Estado, mas assujeitado, forçado a se relacionar com este para existir (no caso, não comparecendo uma perspectiva para corpo além do visível, perceptível por meio do contato imagético com a superfície). A análise discursiva, até o momento, compreende autor e autoria como onde há maior apagamento do sujeito e maior injunção ao dizer institucionalizado e padronizado (ORLANDI, 2012, p. 104).

No ensaio, ainda encontramos sequências em que afirmam-se/defendem-se “uma realidade matriz”/“a realidade básica” e “origem das personagens”. Mas, novamente, isso é realizado sem nenhuma consideração da materialidade das condições de produção de um romance, mantendo o trabalho de autoria do texto de *Candido*. Reforço, então, que a questão não é com qual “realidade” a do romance se relaciona, mas que desconsidera o papel do sujeito nesse procedimento discursivo, seja como função autor ou leitor na interpretação e compreensão de personagens e seus corpos:

9 “Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc)” (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Neste caso, deveríamos reconhecer que, de maneira geral, só há um tipo eficaz de personagem, a inventada; mas que esta invenção mantém vínculos necessários com **uma realidade matriz**, seja a realidade individual do romancista, seja a do mundo que o cerca; e que a **realidade básica** pode aparecer mais ou menos elaborada, transformada, modificada, segundo a concepção do escritor, a sua tendência estética, as suas possibilidades criadoras (2002, p. 69, destaques nossos).

E é justamente esta circunstância que nos leva a constatar que o problema (que estamos debatendo) **da origem das personagens é interessante para o estudo da técnica de caracterização, e para o estudo da relação entre criação e realidade**, isto é, para a própria natureza da ficção; **mas é secundário para a solução do problema fundamental da crítica, ou seja, a interpretação e a análise valorativa de cada romance concreto** (2002, p.70, destaques nossos).

Esta observação nos faz passar ao aspecto porventura decisivo do problema: o da coerência interna. De fato, afirmar que a **natureza da personagem depende da concepção e das intenções do autor**, é sugerir que a observação da realidade só comunica **o sentimento da verdade**, no romance, quando todos os elementos deste estão ajustados entre si de maneira adequada. Poderíamos, então, dizer que **a verdade da personagem** não depende apenas, nem sobretudo, da relação de origem com a vida, com modelos propostos pela observação, interior ou exterior, direta ou indireta, presente ou passada. Depende, antes do mais, **da função que exerce na estrutura do romance**, de modo a concluirmos que é mais um problema de organização interna que de equivalência à realidade exterior (2002, p.75, destaques nossos).

Ao final deste último trecho, reafirma-se a posição de que o estudo literário deve priorizar a “organização interna” do romance e não sua “equivalência à realidade exterior”. No entanto, isso é fragilizado à medida em que não sustenta, antes, o que é essa realidade exterior, comparecendo discursiva e contraditoriamente, uma outra concepção para o trabalho de autoria de um romance e de composição de personagens nele: interno e externo permanecem segmentados um em relação ao outro, ao mesmo tempo em que são insistentemente associados (ora pela comparação, ora pela diferenciação). Como da “criação”, afinal, se chega à “realidade”; de qual “realidade” afinal se trata (do romance, da vida, dos seres, das personagens, de todos)? Isso é argumentado pela enunciação, enfim, sem tomar a questão do sujeito como fundamental para a produção de sentidos e de corpos (já que estes não são anteriores ao sujeito, muito menos

superfícies prontas e/ou unidades estáveis a serem tomadas por intenções do autor).

Cada traço adquire sentido em função de outro, de tal modo que a verossimilhança, o sentimento da realidade, depende, sob este aspecto, da **unificação do fragmentário pela organização do contexto**. Esta organização é o elemento decisivo da verdade dos seres fictícios, o princípio que lhes infunde vida, calor e os faz parecer mais coesos, mais apreensíveis e atuantes do que os próprios seres vivos (2002, p.79-80, destaques nossos).

Por fim, neste último recorte, enuncia-se que o romance organiza cada “traço” (incluindo personagens), unificando o fragmentário. Disso depende a verossimilhança, a qual é reescriturada como “o sentimento da realidade”; logo, uma perspectiva humanista sobre a realidade entre forma da obra literária (no caso, o romance, notadamente sua personagem) e exterioridade.

Dar o que não se tem, um final

Por alguns anos, acreditei haver um silenciamento a respeito do corpo na abordagem de “A personagem do romance” (CANDIDO, 2012), na direção de que isso parecia, a mim, deslocar para a exclusão da questão no texto de Candido. Nesta oportunidade, podendo retornar ao trabalho de leitura, vejo que não: há corpo ali, da personagem e do enunciador. Isso quer dizer que o trabalho da enunciação, por meio da análise de enunciados colocados em relação de articulação e reescrituração, sofre a interpelação ideológica no processo de identificação a posições-sujeito e sofre a sobredeterminação de identificações a uma corporeidade. Logo, os efeitos para/de corpo na/da personagem do romance, no texto de Candido (2022), são consequência da identificação da enunciação deste (em toda a sua complexidade) a uma posição-sujeito (que não existe sem uma inscrição simbólica sobre/de

corpo, gênero, sexualidade, etnia etc.). Quero afirmar, com isso, que há uma história das ideias dos estudos literários no Brasil enquanto busca por reconhecimento como saber acadêmico, universitário. Para isso, é necessário funcionar em um espaço de enunciação (acadêmico-científico) para produzir cenas enunciativas (como as do ensaio) em que o dizer seja possibilitado: processo esse, portanto, de assujeitamento ao Estado (nas suas instituições) e suas possibilidades de identificação à forma-sujeito. Assim, praticar direitos de reconhecimento enquanto saber acadêmico e/ou universitário e/ou científico significa ser interpelado, convocado a determinadas possibilidades de identificações.

Na historicidade da constituição de um dizer no espaço acadêmico-universitário brasileiro, as inscrições simbólicas de reconhecimento e desconhecimento são marcadas por lugares de enunciação específicos (e que demandam efeito de unidade para o sujeito que diz) de gênero (com hegemonia masculina), sexualidade (com hegemonia hetero), etnia (com hegemonia branca). Ou seja, pensar em sujeitos acadêmicos e cientistas inclui ser agenciado, de algumas e diversas formas, por tais lugares sociais de dizer (ZOPPI-FONTANA, 1999; GUIMARÃES, 2018): não há indivíduo falante no texto, mas enunciador agenciado. Isso foi comparecendo nas análises; de forma que, mesmo uma tentativa de construção de uma enunciação crítica, que tente uma prática de contraidentificação, precisa necessariamente ser efeito de um processo de subjetivação e de interpelação ideológica atravessada pela forma-sujeito capitalista de direitos, já que é no (e mesmo contra o) Estado que tais dizeres deverão funcionar.

Com tudo isso, não é minha demanda desconsiderar o ensaio de Candido (2012), de maneira alguma. O objetivo central – a partir de minha pergunta de análise – é reconhecer processos de constituição da enunciação no

texto para, a partir disso, tentar possibilitar outras desestabilizações sobre o lugar do corpo da personagem nos estudos literários. Sendo assim, nas condições de produção em que Antonio Candido produziu “A personagem do romance”, a proposta era fundamentar uma perspectiva de estudo literário que colocasse em diálogo produtivo e não excludente teorias sobre forma e sobre sociedade: isso é fundamental no trabalho de leitura da obra de Candido como um todo. No entanto, ainda que alguns defendam uma aproximação do autor com proposições marxistas, entendo que isso é muito problemático, já que percebo o funcionamento de uma epistemologia humanista, acentuadamente hegeliana ainda, que possibilita a enunciação do ensaio articular enunciados e estabelecer famílias parafrásticas entre eles; ou seja, inscrever simbolicamente, fazendo funcionar determinados efeitos sobre literatura, língua e, conseqüentemente, corpo, e não outros. Temos, aí, a divisão social dos sentidos, o político.

Louis Althusser (2015) pontua que o jovem Marx tem seus escritos ainda sob muitos efeitos da prática filosófica, teórica e histórica hegeliana. Aqui, a influência da ideia de “espírito” como inerente ao humano é marcadamente idealista-humanista. Isso será alterado quando se consolidar a dialética materialista, o que acarretará deslocamento de sentidos em diversos conceitos, como o de ideologia. Assim, a sociedade não é um processo evolutivo conforme a capacidade racional se desenvolve; mas um efeito das lutas de classes para que as relações de produção se mantenham e sejam reproduzidas. É importante lembrar isso porque o texto de Candido, se de alguma parece alinhado a Marx, seria a este de um primeiro momento, “jovem”; e não à leitura althusseriana sobre o desenvolvimento da epistemologia marxista enquanto materialismo histórico. Mais que isso: ainda que o ensaio, em suas condições específicas de produção,

sobre a personagem no/do romance perturbe as regularidades de enunciação da/na crítica literária brasileira, são (re)produzidos sentidos sobre corpo que mantêm certas posições sociais estabilizadas. É o que ocorre quando se toma “corpo” como possível de ser reescrito como “superfície”, “percepção física”. Tal compreensão permanece repetindo-se, como sintoma que é da materialização da ideologia e do inconsciente, por exemplo, quando, na educação básica, ensina-se a diferença entre descrição física e psicológica no trabalho de leitura e produção de narrativas. Como vemos, tal ênfase em tal separação pode não ser (perigosamente) didática exclusivamente, mas reprodutora de relações de produção em que “corpo e personalidade” funcionam como se pudessem parafrasear “externo e interno”, “limitado e ilimitado”, “físico e psicológico” e assim por diante. Aliás, da posição epistemológica, teórica e política de onde falo, estranho pensar em um corpo que não seja “psicológico” e que possa ser tomado somente como exterioridade ou superfície física.

Sendo assim, em “A personagem do romance” (CANDIDO, 2012), há movimentos contraditórios de identificação, resultados do processo de subjetivação para que haja enunciação, cuja materialidade se lê e compreende nas escolhas linguísticas que fazem operar o simbólico e o imaginário. Desconsiderar isso ou não ser capaz de se levar em conta implica reproduzir posições sociais já estabilizadas na memória e na luta de classes sobre corpos, existências e literaturas. Na historicidade de trabalhar os estudos literários como científicos, dizemos agenciados, o que quer que seja, por lugares de enunciação que estão inscritos em instituições do Estado. De forma que, para criticar e, de alguma maneira, superar, é necessário primeiramente estar sob alguma identificação a tais posições-sujeito. É importante reconhecermos esse processo de funcionamento para que nos apropriemos do ensaio de Antonio Candido capazes de (re)

considerar em que medida, de fato, conseguimos (re)significar lugares de enunciação. No real do discurso, talvez seja esse o desejo que insiste em não se realizar para que os estudos literários acadêmicos se mantenham (im)possíveis.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. Resposta a John Lewis. Posições 1. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ŽIŽEK, S. (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Por Marx. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

BIZIAK, Jacob dos Santos. O trabalho de leitura de literatura na educação básica brasileira: interpretação e compreensão entre o jurídico, o econômico e o político. Cadernos De Estudos Linguísticos, v. 66, p. 1-16, 2022.

_____. QUAL O LUGAR PARA AS IDEIAS? ROBERTO SCHWARZ VIA LOUIS

ALTHUSSER, UM GESTO DE LEITURA. In: Giovanna Benedetto Flores, Solange Maria Leda Gallo, Nádia Régia Maffi Neckel, Andréia S. Daltoé, Juliana da Silveira, Solange Mittmann, Suzy Lagazzi, Claudia Pfeiffer e Mônica Zoppi-Fontana. (Org.). Discurso, Cultura e Mídia: pesquisas em rede - Volume 4. 1ed. Campinas: Pontes, 2021, v. 4, p. 279-299.

_____; FONTANA, M. G. Z. Alice Yura, TRANSforma: gênero, abjeção, performatividade e performance. Diálogos Pertinentes: Revista Científica de Letras, v. 17, p. 134-159, 2021.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero:

feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: _____ et al. A personagem de ficção. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 51-80.

_____. Dialética da malandragem. In: _____. O discurso e a cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1993, p. 19-54.

_____. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007b.

GALLAGHER, Catherine. Ficção. In: MORETTI, Franco (Org.). O Romance 1: a cultura do romance. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica: enunciação e sentido. Campinas: Pontes, 2018.

LACAN, J. O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979.

_____. O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985a.

_____. O seminário, livro 3: As psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985b.

LAGAZZI, Suzy. A imagem em sua potência de captura simbólica. Fórum Linguístico, v. 18, n. especial, p. 5890-5902, 2021.

LIMA, Luiz Costa. Concepção de história literária na “Formação”. In: D’INCAO, Maria Angela; SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (Org.). Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido. São Paulo: Companhia das Letras; Instituto Moreira Salles, 1992, p. 153-

169.

MOTTA, Leda Tenório da. Sobre a crítica literária brasileira do último meio século. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e Leitura. Cortez: São Paulo, 2012.

_____. A casa e a rua: uma relação político-social. Educação e Realidade, v. 36, p. 693-703, 2011.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: UNICAMP, 1988.

_____. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, p. 17.

SCHWARZ, Roberto. A originalidade da crítica de Antonio Candido. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 32, p. 31-46, mar. 1992.

_____. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”. In: _____. Que horas são? São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 129-155.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Lugares de enunciação e discurso. Leitura, [S. l.], v. 1, n. 23, p. 15-24, 2019.

_____. “Lugar de fala”: Enunciação, Subjetivação, Resistência. Conexão Letras - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 12, n. 18, p. 68-71, 2017.

Submissão: novembro de 2025

Aceite: Dezembro de 2025